



Eixo: Classe social, gênero, raça, etnia e diversidade sexual.

Políticas de promoção à cidadania LGBTQ+ entre 2004 e 2016

Resumo: Este artigo visa explicar a organização LGBTQ+ no Brasil, mostrando como foram formuladas políticas públicas para essa população nas gestões petistas. Trata-se de uma pesquisa bibliográfica e documental. Utilizamos acervos de ONGS que atuam e analisam a situação LGBTQ+ no Brasil, como a ANTRA e o GGB. As fontes bibliográficas contam com importantes autores e autoras que estudam o movimento LGBTQ+, como Irineu (2020) e Simões e Facchini (2009). Os resultados obtidos mostram que apesar dos avanços nos direitos, há muitos desafios atuais, destacando uma reorganização política no Congresso Nacional, principalmente no legislativo, ampliando perspectivas conservadoras que impactam diretamente nos avanços de políticas públicas voltadas aos LGBTQ+.

Palavras-chave: LGBTQ+; Cidadania; Governos PT.

Policies to promote LGBTQ+ citizenship between 2004 and 2016

Abstract: This article aims to explain the LGBTQ+ organization in Brazil, showing how public policies were formulated for this population during the PT administration. This is a bibliographic and documentary research. We use collections from NGOs that work and analyze the LGBTQ+ situation in Brazil, such as ANTRA and GGB. Bibliographic sources include important authors who study the LGBTQ+ movement, such as Irineu (2020) and Simões and Facchini (2009). The results obtained show that despite advances in rights, there are many current challenges, highlighting a political reorganization in the National Congress, mainly in the legislature, expanding conservative perspectives that directly impact the advances in public policies aimed at LGBTQ+.

Keywords: LGBTQ+; Citizenship; PT governments.

1 Introdução

O desenvolvimento do movimento LGBTQ+ no Brasil se deu envolvimento de muitas lutas que são travadas até os dias atuais. Entretanto, o protagonismo e consolidação do movimento LGBTQ+ ganha visibilidade a partir da década de 1980, com a epidemia de AIDS no Brasil. A consolidação do movimento LGBTQ+ se fez a partir de muitas dificuldades e constantes perseguições, entretanto, com avanços e ganhos de direitos sociais, políticos e civis no início do século XXI, principalmente durante os anos dos governos petistas.

Apesar de caminhar para uma consolidação de ganhos dos direitos fundamentais, sociais e políticos da população LGBTQ+ nos anos dos governos de Lula e Dilma, é perceptível uma mudança na esfera política nacional, principalmente ao final do segundo mandato do governo Lula, se acentuando ainda mais nos anos do governo Dilma. Frente a uma crescente conservadora e reacionária que emergia no Congresso Nacional, principalmente na esfera legislativa brasileira, em que pautas e políticas

públicas pró-diversidade, principalmente em relação aos LGBTQ+, se viam cobertas por desafios e esvaziamentos.

Assim, faz-se necessário um estudo a respeito das conquistas, e principais políticas públicas destinadas à população LGBTQ+. Desta forma, o objetivo deste artigo é apontar quais foram as principais políticas públicas desenvolvidas para a população LGBTQ+ durante os mandatos de Lula e Dilma, ambos do Partido dos Trabalhadores, enquanto presidentes da república, entre os anos de 2004 à 2016.

Para isso, foi realizada uma pesquisa bibliográfica, onde foram analisados artigos científicos que tratam da temática, assim como publicações de veículos de informação de reconhecimento nacional, entre outros documentos, a fim de traçar uma linha do tempo que explicita tanto avanços quanto retrocessos em relação aos direitos LGBTQ+, ocorridos durante o período analisado.

Pretende-se construir uma visão a respeito do tema em destaque, e como governos progressistas, apesar dos desafios políticos impostos, caminham em paralelo com as lutas recorrentes da população LGBTQ+ em busca de efetivarem e de fazerem valer os seus direitos.

2 Desenvolvimento: Primeiras conquistas da população LGBTQ+ no Brasil

Foi na segunda metade do século XX que as pessoas LGBTQ+ passaram a se organizar, buscando por direitos, e respeito às suas identidades. Segundo Castells (1999), essa organização se iniciou nos Estados Unidos, em 1969/1970, depois chegou à Europa, e se difundiu pelo mundo afora. Para ele, três fatores contribuíram para o nascimento do movimento social homossexual: o clima de rebelião presente nos movimentos sociais dos anos 1960, a resistência à violência contra a homossexualidade exercida pela sociedade, e o questionamento feito ao patriarcalismo pelos movimentos feministas.

De acordo com Parker (1994), os homossexuais começaram a se organizar no Brasil, divulgando a importância do sexo seguro, combatendo a errada ideia de que a AIDS era uma doença de gays. A crença de que apenas homossexuais podiam se contaminar com a doença agravou o estigma e a marginalização que já era atribuída a

essa população. A epidemia de AIDS, que chegou ao Brasil na década de 1980 trouxe muita visibilidade ao movimento, mostrando à população brasileira que esse grupo existe. Conforme Simões e Facchini, (2009, p. 51-52).

Expressões como "peste gay" persistiram, mesmo depois de constatado que o vírus poderia ser transmitido a qualquer pessoa, através de sangue, esperma e outros fluidos corporais. Mas a epidemia contribuiu também para mudar dramaticamente as normas da discussão pública sobre a sexualidade. Sexo anal, sexo oral, doenças venéreas, uso de camisinha e outras práticas e circunstâncias ligadas ao exercício e à expressão da sexualidade passaram a ser comentados e debatidos com uma franqueza sem precedentes. Junto com o triste legado de intolerância, violência e morte, a epidemia escancarou também a presença socialmente disseminada de práticas homossexuais masculinas para além da população homossexual visível.

Um grande marco na história do movimento LGBTQ+ brasileiro, foi a realização da primeira Parada do Orgulho, que celebra a luta das pessoas LGBTQ+ em torno do respeito à diversidade. Segundo Ryan (1992), no ano de 1997, na cidade de São Paulo, ocorreu a primeira Parada do Orgulho LGBTQ+. Na época o evento era chamado apenas de Parada do Orgulho Gay, mas, afim de incluir as outras identidades que compõe a pauta LGBTQ+, foi renomeada, passando a se chamar Parada do Orgulho LGBT, em comemoração ao Dia do Orgulho LGBT, que era chamado apenas de Dia do Orgulho Gay, também tendo seu nome alterado para incluir outras identidades que compõe a pauta, celebrado no dia 28 de junho.

Com o passar dos anos, as outras letras da sigla conquistaram mais espaço e visibilidade dentro da causa, logo, o evento que inicialmente se chamava Parada do Orgulho Gay, passou a se chamar Parada do Orgulho LGBTQ+, afim de contemplar também outras identidades que compõe o movimento, como diferentes orientações sexuais e identidades de gênero, assim como o Dia do Orgulho, que teve seu nome novamente alterado para Dia do Orgulho LGBTQ+. As paradas se tornaram frequentes em diversas cidades e capitais brasileiras, chegando a atrair mais de três milhões de pessoas nos anos 2000.

Estima-se que a Parada do ano de 2006 tenha levado à rua cerca de 2,5 milhões de pessoas, um feito histórico, que a fez entrar para o Livro dos Recordes, como

a maior Parada do Orgulho LGBTQ+ do mundo. Uma matéria do Portal Terra¹ publicada em maio de 2023, mostra que depois de dois anos acontecendo de forma virtual por conta da pandemia de covid-19, a Parada do Orgulho LGBTQ+ de São Paulo do ano de 2022 levou por volta de 4 milhões de pessoas às ruas da capital paulista, quase o dobro do que foi registrado em 2006, quando entrou para o Livro dos Recordes como maior evento do gênero do mundo.

A Parada do Orgulho é um significativo ato político, que traz luz sobre essa população vulnerável, muitas vezes esquecida e invisibilizada, além de ser uma oportunidade para se protestar, e reivindicar direitos que visem promover respeito, e dignidade para essa população. O evento não é um carnaval fora de época, e sim uma manifestação que visa demonstrar que essas pessoas existem, que elas merecem respeito, que também são cidadãos e cidadãs, e que apesar de todas as violências e adversidades, elas resistiram, e seguem resistindo à todas as ofensivas preconceituosas dessa sociedade que a todo momento tenta silenciá-las.

Uma demanda muito reivindicada pelo movimento ganhou notoriedade com o projeto de lei 1151/1995, proposto pela até então deputada Marta Suplicy, que visava a regularização das uniões homoafetivas. Segundo Suplicy:

Vivemos em uma sociedade que nos educa para a heterossexualidade. E não é só para a heterossexualidade. O indivíduo é mais cidadão quando heterossexual, homem, branco e rico. Essa é a realidade da sociedade em que vivemos. E essa visão normatizadora, cristalizadora da sexualidade impede que se veja o outro como pessoa singular, que se foi desenvolvendo como ser único (...). Passa-se a perceber que a sociedade não é feita dessa forma. São muitas as formas de ser. Nós estereotipamos, mas as pessoas não se portam dessa forma. (Guia de Direitos Humanos GLBT, 2008, p.16)

A lei não foi aprovada como casamento, mas sim como uma solidariedade mútua, ou como uma sociedade entre os companheiros gays. Assim, as uniões de pessoas do mesmo sexo começaram a ter direitos similares aos dos casais heterossexuais. Outro avanço muito importante veio por meio do Conselho Federal de Psicologia, que segundo

¹ Paradas LGBTQ+: conheça as maiores do mundo: Descubra qual é a maior Parada LGBTQ do mundo e saiba quais países costumam fazer a celebração que defende a diversidade e o respeito. In: Terra. [S. l.], 11 maio 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/paradas/paradas-lgbt-conheca-as-maiores-do-mundo,3acca298725b47218ed79c23daafab206e4fly27.html?utm_source=clipboard Acesso em: 20 nov. 2023.

Fischer (2008), no ano de 1999 promulgou uma resolução restringindo a discriminação à orientação sexual. Este feito tornou antiético propor uma cura à homossexualidade, por decorrência do entendimento de que a homossexualidade não é uma doença.

Houveram diversas outras conquistas, porém muitas delas alcançadas durante as gestões do PT, por isso abordaremos sobre as mesmas no tópico a seguir, onde daremos prosseguimento falando sobre às principais políticas públicas formuladas e implantadas para a população LGBTQ+ entre os anos de 2004 e 2016, durante as gestões petistas na presidência, sendo esse o foco do presente artigo.

3 Políticas LGBTQ+ durante os mandatos do Partido dos Trabalhadores na presidência da república (2004 a 2016)

No que tange às políticas públicas, a primeira referência à comunidade LGBTQ+ apareceu no II Plano Nacional de Direitos Humanos (2002), durante o governo de Fernando Henrique Cardoso. Segundo Irineu, Oliveira e Lacerda, (2020) o documento previa o direito à livre orientação sexual e proibição de discriminação.

Porém, foi a partir do Governo Lula que as demandas do ativismo LGBTQ+ ganharam um maior espaço no Poder Executivo, se expressando melhor na criação da primeira política pública específica LGBTQ+, o Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH).

No Governo Lula se dá a diversificação das discussões sobre sexualidade. Isso se inicia com a preparação e publicação do Programa Brasil Sem Homofobia (PBSH) (Ministério da Saúde, 2004), evidenciando a expansão dessas temáticas para o campo dos direitos humanos, da educação e da assistência social ao longo de todo o primeiro mandato (MACHADO; RODRIGUES, 2015, p. 23-24).

De acordo com Ramos (2005), em 2004 foi lançado pelo governo brasileiro o Programa Brasil Sem Homofobia, que pretendia combater a violência e a discriminação contra pessoas homossexuais, promovendo a sua cidadania.

O programa tem ações voltadas ao apoio a projetos de fortalecimento de instituições públicas e não-governamentais que atuam na promoção da cidadania homossexual e no combate à homofobia; na capacitação de profissionais e representantes do movimento homossexual que atuam na defesa de direitos humanos; na disseminação de informações sobre direitos, de promoção da autoestima homossexual; e no incentivo à denúncia de violações dos direitos humanos do segmento LGBT (BRASIL (2004, p. 11).

A partir de então, houve alguns avanços no que se pode considerar como a busca por direitos e políticas que visassem especificamente a população LGBTQ+. Além do PBSH, foram promovidas várias outras ações de promoção à cidadania das pessoas LGBTQ+ durante os mandatos dos governos Lula.

Em 2007, podemos argumentar que o movimento LGBT vivia seu apogeu: as paradas se proliferavam pelo país com números de participantes dificilmente alcançados por outros movimentos sociais; o PBSH começava a se concretizar em ações com verbas públicas e orçamento próprio; surgiam os centros de prevenção à violência homofóbica, os projetos de capacitação de professores, profissionais da segurança pública e outros; preparava-se a primeira conferência nacional LGBT, com conferências preparatórias em diversos estados e municípios, o que mobilizou uma grande quantidade de atores em torno dessas questões; organizava-se a frente parlamentar pela livre orientação sexual no Congresso Nacional a partir do projeto ALIADAS da ABGLT; a mídia parecia finalmente estar se sensibilizando para debater abertamente as questões LGBT (MACHADO; RODRIGUES, 2015, p. 24).

Os dois primeiros mandatos de Lula foram bem frutíferos para o movimento LGBTQ+, muito se foi conquistado nesse período, tendo o governo se mostrado um aliado no combate ao preconceito, e no fomento à cidadania dessas pessoas. De acordo com Irineu, Oliveira e Lacerda (2020, p. 100),

Há que citar as Conferências Nacionais LGBT de 2009 e 2011, que, por meio da participação social de ativistas e Poder Público, objetivavam construir políticas públicas. Há o Brasil Sem Homofobia (2004); o I Plano Nacional de Promoção e Cidadania e Direitos Humanos de LGBT (2009); o Conselho Nacional de Combate à Discriminação de LGBT (2010);

Segundo Pereira (2017, p. 205), “nesse governo, foram oferecidas as primeiras turmas de cursos de formação na área de direitos LGBT e combate à discriminação e violência homo-lesbo-transfóbica”.

Em primeiro lugar, em 2008, foi oferecida a primeira turma do curso “Gênero e Diversidade na Escola” (GDE), voltado para a formação de professores. O projeto vinha sendo desenvolvido nos anos anteriores com a realização de turmas-piloto em 2006 em uma parceria entre a Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM), a SEPIIR, o MEC, o *British Council* e Centro Latino-Americano em Sexualidade e Direitos Humanos (CLAM) da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ) (PEREIRA, 2017, p. 205-206).

Também foi oferecida pela Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP) do MJ, a primeira turma do curso “Segurança Pública sem Homofobia”, este que era voltado para a formação de profissionais da segurança pública (PEREIRA, 2017, p. 206). Ainda em 2008, no âmbito do SUS, houveram duas grandes conquistas para a

população trans:

Foi decretado, pela primeira vez, o oferecimento do processo transexualizador pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que seria ampliado no ano de 2013, já no primeiro Governo Dilma. Foi regulamentado, ainda, o uso do nome social, também no âmbito do SUS (2009) e da administração pública federal (2010) (PEREIRA, 2017, p. 206).

Para Pereira (2017, p. 206), outras políticas fomentadas durante o segundo mandato de Lula foram o lançamento de resoluções e decretos regulamentando a emissão de vistos (2008), os direitos relacionados à saúde complementar (2009), aos planos de saúde (2010) e ao Imposto de Renda (2010), para casais de pessoas do mesmo sexo. Houve também seminários na área do trabalho e emprego (2009) e da segurança pública (2010).

Entretanto, segundo Machado e Rodrigues (2015, p. 24), “a partir do final do segundo mandato do Governo Lula, esse cenário assume novos contornos” e, “o panorama, inicialmente animador, começou a apresentar impedimentos”.

Os financiamentos que o governo começara a disponibilizar não se consolidaram. Mesmo o posicionamento do Governo Federal com relação a essas questões, que na 1ª Conferência Nacional LGBT era bastante enfático e comprometido, foi se tornando ambíguo, sobretudo nos últimos dois anos do Governo (MACHADO; RODRIGUES, 2015, p. 24).

Apesar dos governos petistas terem se mantido no poder durante 14 anos, e ter sido durante os mandatos do presidente Luís Inácio Lula da Silva que mais se buscou a efetivação de ações voltadas ao público LGBTQ+, com o cenário mudando um pouco de figura durante o final de seu último mandato, passando para o Governo Dilma, viu-se uma piora no cenário. Mesmo com essa decaída no avanço das políticas para a população LGBTQ+, ainda houve consideráveis avanços e conquistas durante a gestão de Dilma.

Em 2011, foi lançada a “Política Nacional de Saúde Integral LGBT”, que estabeleceu diretrizes para políticas de saúde da população LGBT fora do âmbito das políticas de combate à AIDS. Um número expressivo de oficinas, encontros e seminários foi realizado também na área da saúde (uma oficina em 2012, um seminário em 2013 e dois seminários em 2014). Também foi realizado, em 2014, o primeiro Encontro de Arte e Cultura LGBT. Já em 2011, foi realizada a 2ª Conferência Nacional LGBT. Nesse ano, porém, a conferência ocorreu sem a presença da chefe do Executivo Federal (PEREIRA, 2017, p. 206).

Um termo de cooperação para o combate à homofobia assinado por

dezessete estados brasileiros, além da criação de um módulo específico para denúncia de violações de direitos humanos de pessoas LGBTQ+ no Disque 100, um canal de uso nacional para recebimento de denúncias de violação de direitos humanos (PEREIRA, 2017, p. 207-208). Ainda segundo Pereira (2017, p. 207-208).

Em 2013, foi criado o “Sistema Nacional de Enfrentamento à Violência Homofóbica”, também buscando articular ações de combate à homofobia junto aos entes federados. Foram, ainda, divulgados relatórios oficiais sobre violência homofóbica no Brasil em 2011 e 2012, bem como um “guia de boas práticas” em políticas para pessoas LGBT em 2013, desenvolvido em cooperação com a União Europeia (...) Outras mudanças operacionais e instruções normativas também foram instituídas, especialmente relacionadas às demandas de travestis e transexuais. Foi ampliado o processo transexualizador oferecido pelo SUS em 2013, instituído o uso do nome social nos procedimentos promovidos no âmbito do MEC em 2011 e no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em 2014. Por fim, nesse último ano, foi regulamentado o tratamento recebido por pessoas LGBT em privação de liberdade.

O reconhecimento das uniões civis homoafetivas também ocorreu durante o governo da presidenta, porém, essa conquista só veio por meio do STF. Conforme reportagem do jornal Correio Brasiliense² publicada em maio de 2023, o processo de reconhecimento do casamento entre pessoas do mesmo sexo no Brasil aconteceu em algumas etapas.

Primeiro houve a equiparação da união estável homoafetiva em 2011, depois o casamento civil foi aprovado em 2013, e em 2015 casais homoafetivos passaram a ter o direito à adoção de crianças. As uniões entre pessoas do mesmo sexo foram reconhecidas como entidade familiar graças à votação realizada pelo STF. Por unanimidade, pelo placar 10 votos a zero, os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) reconheceram em 05 de maio de 2011 a união estável para casais do mesmo sexo. Desde então, companheiros em relação homoafetiva duradoura e pública têm os mesmos direitos e deveres das famílias formadas por homens e mulheres.

Apesar dos avanços citados acima, de acordo com Pereira (2017), “ao longo do primeiro Governo Dilma, observa-se uma queda no número total de iniciativas do

² **Dia Internacional de Luta Contra a LGTBfobia: entenda mais sobre a data.** 17 maio 2023. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2023/05/5094917-dia-internacional-de-luta-contra-a-lgbtobia-entenda-mais-sobre-a-data.html> Acesso em: 18 nov. 2023

Anais do 10º Encontro Internacional de Política social e 17º Encontro Nacional de Política Social

Executivo Federal voltadas a pessoas LGBT em comparação ao governo anterior, mais acentuada no ano de 2012”.

O Governo de Dilma Rousseff, diferentemente de seu antecessor, não compareceu na 2ª Conferência Nacional LGBT. Além do veto ao kit anti-homofobia, também causou espanto o veto presidencial a uma campanha de prevenção às DST/AIDS, coisa que, segundo nossos entrevistados, nenhum presidente havia feito até então. Importante recordarmos que as eleições que elegeram Dilma Rousseff podem ser lembradas como um momento dramático de moralização dos discursos políticos, sobretudo em torno da descriminalização do aborto e das demandas apresentadas pelos movimentos LGBT (MACHADO; RODRIGUES, 2015, p. 25).

Conforme afirmativa de Irineu (2014), “em 2011, por pressão da bancada evangélica a presidenta Dilma Rousseff vetou o programa Escola Sem Homofobia se sustentando na afirmação de que seu governo não realizaria “propaganda pelas opções sexuais”” (IRINEU, 2014, p. 3185).

Embora esses governos tenham criado políticas e ações voltadas à promoção dos direitos LGBTI, há descontinuidades entre as gestões de Lula e Dilma, bem como ambiguidades e contradições que comprometem o desenvolvimento dessas políticas [...]. Nesse caminho, pode-se compreender o histórico de política pública LGBT no Brasil através de “restrições orçamentárias, ações descontínuas e uma vontade política subsumida a negociações com segmentos conservadores” (IRINEU, 2019, p.100).

Para Carvalho e Sívori (2017), o veto ao Programa Escola Sem Homofobia se deve muito ao fato de os atores conservadores em ascensão no Congresso Nacional terem criado uma rede para divulgação e amplificação de versões distorcidas sobre os materiais do programa. Um dos principais argumentos desenvolvidos alertava do perigo de que as escolas se tornassem lugares de aliciamento para o “homossexualismo” e lesbianismo, e de que crianças de 6 a 8 anos estavam sendo expostas a conteúdos pornográficos (CARVALHO, SÍVORI, 2017).

Silva (2021), afirma que desde o Programa Brasil Sem Homofobia que a alternativa de disseminação de um pânico moral/social, foi utilizada por setores ultraconservadores em suas articulações que demandavam a não aprovação dos materiais desenvolvidos para o programa. Essa tática vem sendo utilizada até os dias atuais para desmoralizar e impedir o avanço e a discussão de pautas e assuntos dos quais essa parcela da sociedade se mostra contra.

Carvalho e Sívori (2017), ponderam que essa cruzada em volta do programa
Anais do 10º Encontro Internacional de Política social e 17º Encontro Nacional de Política Social

Escola Sem Homofobia se tornou uma grande oportunidade para que esses grupos se articulassem, e potencializassem o seu capital político. Para Silva (2021, p. 3158):

Entre outros ganhos, conseguiram rebatizar o projeto de Kit Gay, que, desde então, ficou assim pejorativamente conhecido. Foi também nesse primeiro momento que nomes como o do então deputado Jair Bolsonaro (na época PP/RJ), Marco Feliciano (PSC/SP), e do Senador Magno Malta (PR/ES) ganharam visibilidade na grande mídia.

Carvalho e Sívori (2017), ainda frisam que o discurso utilizado articulava expressões patriarcalistas, homofóbicas e anti-esquerdistas, buscando paralisar outras iniciativas que tinham o objetivo de defender os direitos das pessoas LGBTQ+. Tudo usado como tentativa de desmoralizar tanto o programa, quanto a própria população LGBTQ+ em si.

O fator preponderante na reação da Bancada Evangélica e dos setores conservadores das igrejas católicas e protestantes em torno do ESH estava no fato de que os materiais do programa admitiam a existência de adolescentes LGBT na escola, e mais do que isso, aceitavam e encorajavam a possibilidades de eles e elas assumirem as suas diversas identidades sexuais, apostando em uma afirmação positiva da bissexualidade, homossexualidade, lesbianidade, travestilidade ou transexualidade na adolescência (LEITE, 2014, p. 3185).

Silva (2021) relembra que nesse meio tempo, o termo “ideologia de gênero” passou a ser utilizado por setores mais conservadores e reacionários das igrejas católicas e neopentecostais para nomear os estudos de gênero, e insinuar que os movimentos feministas e LGBTQ+ tentavam se utilizar deles para aliciar crianças, e transformá-las em lésbicas, gays, transsexuais etc.

Como reflexo dessa investida operada por setores das igrejas católicas e neopentecostais, o termo “ideologia de gênero”, carregado de um peso altamente negativo, passou a significar um suposto esforço dos movimentos feministas, LGBT, e dos estudiosos do campo do gênero e das sexualidades, para ensinar as crianças a serem gays e lésbicas, e passou a ser fortemente combatido nas escolas públicas, tendo como principal articulador o Movimento Escola Sem Partido (MESP). Desde então, uma discursividade violenta, que tende a combater tudo aquilo que se relaciona com os direitos LGBT e das mulheres e com as questões de gênero e sexualidade, passou a ser gestada, tendo seu ponto alto no Brasil na eleição presidencial de 2018 (SILVA, 2021, p. 3186).

Segundo Irineu, Oliveira e Lacerda (2020, p. 101), “os governos petistas não cumpriram a ‘promessas’ de reconhecer, por meio de legislação, os direitos LGBTQ+, que, em diversas ocasiões, foram utilizados como moeda de troca com os setores conservadores e reacionários”. Mas, ainda assim é impossível negar que avanços

importantes durante o período Dilma ocorrem, e um deles veio pouco antes do golpe Jurídico-Parlamentar, que tirou a até então presidenta do poder:

No ano de 2016, em que se realizava a 3ª Conferência Nacional LGBT, a Presidenta Dilma Rousseff promulgou o Decreto nº 8.727, de 28 de abril de 2016, reconhecendo a utilização do nome social para pessoas Trans no âmbito da administração pública direta, autárquica e fundacional. Pouco tempo depois se consuma o Golpe Jurídico-Parlamentar que impedia a Presidenta em exercício. Os resultados obtidos na Conferência não tomaram forma de um Plano de Políticas Públicas no governo sucessor, que, por sua vez, engrossou o caldo político e econômico da expansão da extrema-direita no Brasil e da agenda neoliberal (IRINEU, OLIVEIRA, LACERDA, 2020, p. 101).

As gestões petistas, tanto a de Lula, quanto a de Dilma foram muito importantes para o crescimento do Movimento LGBTQ+, principalmente nos dois primeiros mandatos de Lula, onde políticas muito importantes que visavam o combate à discriminação e violências LGBTfóbicas foram formuladas, como é o caso do Programa Brasil Sem Homofobia, além de uma maior abertura do poder executivo para discutir questões de gênero.

Porém, ao final de seu segundo mandato de Lula, e a partir do governo Dilma, a crescente de avanços foi diminuindo, mostrando uma certa contradição, quando a presidência da república começa a ceder aos anseios das igrejas evangélicas, e dos setores políticos conservadores, que sempre se demonstraram contra os avanços da pauta LGBTQ+. Nesse sentido, as questões LGBTQ+ algumas vezes foram utilizadas como moeda de troca, onde barrava-se pautas que beneficiariam esse grupo, para se ter o apoio da direita conservadora e reacionária.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário histórico revelado por este artigo indica que a história do movimento LGBTQ+ brasileiro advém de uma formação de muitas lutas e inúmeros desafios, pautados principalmente, na busca por garantia de equidade de direitos sociais, políticos e de cidadania.

Ademais, essa população passou a se mobilizar, na busca por direitos que garantisse sua cidadania, respeito a seus corpos e vivências, adquirindo espaço, todavia, também sendo fortemente atacada, e sofrendo diversas tentativas de apagamento, e

exclusão.

Apesar de alguns avanços no que tange direitos sociais, civis e políticos, além de inúmeras políticas públicas já terem sido conquistados pela população LGBTQ+, ainda há muito pelo que se lutar. Os índices de violência física e simbólica contra esse grupo ainda são altíssimos, principalmente se tratando de pessoas que não correspondem ao padrão heteronormativo, socialmente imposto, como homens gays afeminados, mulheres lésbicas que não performam feminilidade, pessoas trans etc.

Cabe destacar ainda que o enfraquecimento de pautas voltadas à população LGBTQ+ durante o final do governo Lula e os mandatos do governo Dilma esteve atrelado a um cenário desafiador e crescente no Congresso Nacional Brasileiro, onde se observava uma perspectiva moralista, conservadora e reacionária da extrema direita.

Por fim, é preciso apontar que apesar dos desafios impostos nos últimos anos, o período correspondente aos governos petistas se fez enquanto momento de maiores ganhos no que diz respeito aos direitos adquiridos à população LGBTQ+. E apesar dos inúmeros desafios se fazendo presente cotidianamente, desistir não é um lema que move a população LGBTQ+.

Referências

BRASIL. Conselho Nacional de Combate à Discriminação/ Ministério da Saúde. **Brasil sem Homofobia: Programa de combate à violência e à discriminação contra GLBT e promoção da cidadania homossexual**. Brasília: Ministério da Saúde, 2004.

CARVALHO, Marcos Castro; SÍVORI, Horacio Federico. **Ensino religioso, gênero e sexualidade na política educacional brasileira**. cadernos pagu, 2017.

CASTELLS, Manuel. **O poder da identidade**. SP: Paz e Terra, 1999. Conselho Federal de Medicina também alterou a faixa etária para a cirurgia de redesignação sexual de 21 para 18 anos, [www. CartaCapital .com.br](http://www.CartaCapital.com.br). 09 de janeiro de 2020. Acesso em 27 set. 2023.

FISCHER, André. **Como o mundo virou gay?** Crônicas sobre a nova ordem sexual. São Paulo: Ediouro, 2008.

GUIA de direitos humanos GLBT. **Governo de Minas Gerais**. Ministério Público – Anais do 10º Encontro Internacional de Política social e 17º Encontro Nacional de Política Social
ISSN 2175-098X

MG. Belo Horizonte, 2008.

IRINEU, Bruna Andrade. **Homonacionalismo e cidadania LGBT em tempos de neoliberalismo: dilemas e impasses às lutas por direitos sexuais no Brasil**. Revista Em Pauta, v. 12, n. 34, 2014

IRINEU, Bruna A. et al. **“O samba começou e fez convite ao tango para parceiro”? A arena LGBTI em tempos de ofensiva neoliberal e “cruzada antigênero” no Brasil e na Argentina**. Humanidades & Inovação. 2019, v. 6, n. 17, p. 255-270.

IRINEU, Bruna Andrade; OLIVEIRA, Brendhon Andrade; LACERDA, Milena Carlos. **UM BALANÇO CRÍTICO ACERCA DA REGRESSÃO DOS DIREITOS LGBTI NO BRASIL SOB ASCENSÃO DO BOLSONARISMO**. 2020.

LEITE, Vanessa. **“Impróprio para menores”? Adolescentes e diversidade sexual e de gênero nas políticas públicas brasileiras contemporâneas**. Tese (Doutorado em Saúde Coletiva), Instituto de Medicina Social, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2014.

MACHADO, Frederico Viana; RODRIGUES, Cristiano Santos. **Movimentos Negros e LGBT no Governo Lula: desafios da institucionalização segmentada**. Estado, ambiente e movimentos sociais. [recurso eletrônico]. Florianópolis: ABRAPSO, Edições do Bosque, 2015. p. 22-45, 2015.

PARKER, Richard [Etail] **A AIDS no Brasil**. Rio de Janeiro: ABIA/IMS- UERJ/RelumeDumará, 1994.

PEREIRA, Matheus Mazzilli. **Movimento LGBT e Políticas Públicas nos Governos Federais do Partido dos Trabalhadores (2003-2014): trajetória e características**. Estudos de sociologia, v. 2, n. 23, p. 195-238, 2017.

RAMOS, Silvia. Violência e homossexualidade no Brasil: as políticas públicas e o movimento homossexual. In: GROSSI, Miriam Pillar [et alli]. **Movimentos sociais, educação e sexualidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2005.

RYAN, Mary. A parada norte-americana: representações da ordem social do século XIX. In: HUNT, Lynn. **A Nova história cultural**. São Paulo: Martins Fontes, 1992.

SILVA, Elder Luan Santos. Neoconservadorismo e Ofensivas antigênero no Brasil: A mobilização da “Ideologia de Gênero” e a produção de LGBTfobias no Governo Bolsonaro. **Revista Brasileira de Estudos da Homocultura**, v. 4, n. 14, p. 331-363, 2021.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Na trilha do arco-íris**. Do movimento homossexual ao LGBT. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2009.

TERRA (Brasil). **Paradas LGBTQ+: conheça as maiores do mundo: Descubra qual é a maior Parada LGBTQ do mundo e saiba quais países costumam fazer a celebração que defende a diversidade e o respeito.** *In:* Terra. [S. l.], 11 maio 2023. Disponível em: https://www.terra.com.br/nos/paradas/paradas-lgbt-conheca-as-maiores-do-mundo,3acca298725b47218ed79c23daafab206e4fly27.html?utm_source=clipboard. Acesso em: 20 nov. 2023.